

Dimensões da ação e novas territorialidades no cerrado brasileiro: pistas para uma análise teórica¹

Júlia Adão Bernardes

Doutora em Geografia Humana pela Universidade de Barcelona (1993)
 Professora Associada do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ
 Coordenadora do Núcleo de Estudos Geoambientais – NUCLAMB
 Pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq
 Endereço profissional: Av. Athos da Silveira Ramos, 274, Cidade Universitária – Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza, Departamento de Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro – Bloco I, Sala 7
 CEP: 21.941-972, Caixa Postal: 68537, Rio de Janeiro, RJ
 Endereço eletrônico: julia.rk@terra.com.br

Resumo

Na contemporaneidade a ciência, a tecnologia e a informação constituem a base da reorganização do espaço e da sociedade. Portanto, é fundamental analisar os impactos das inovações tecnológicas na organização territorial das atividades do país, em um momento de transição paradigmática, no qual podem ser observadas as direções assumidas pela penetração da nova frente tecnológica e científica, com conseqüências acentuadas na divisão territorial e social do trabalho. Essas transformações estão sendo acompanhadas mediante a observação de novos processos que geram mudanças espaciais nas regiões de expansão da soja no cerrado de Mato Grosso. Nesse contexto, coloca-se como objetivo mais amplo uma proposta teórica para avaliação das ações na agricultura moderna e seus efeitos econômicos, políticos, sociais e territoriais. O tema em estudo está sendo desenvolvido a partir de suas relações com a economia mundial, a qual se manifesta através das mudanças científico- tecnológicas.

Palavras-chave: inovações tecnológicas; modernização agrícola; cerrado brasileiro; novas territorialidades; proposta teórica.

Resumen

Dimensiones de la acción y nuevas territorialidades en el cerrado brasileño: pistas para un análisis teórico

En la contemporaneidad la ciencia, la tecnología y la información constituyen la base de la reorganización del espacio y de la sociedad. Por lo tanto, es fundamental analizar los impactos de las innovaciones tecnológicas en la reorganización territorial de las actividades, de los recursos físicos y humanos del país, en un momento de transición paradigmática, en el cual pueden ser observadas las direcciones asumidas por la penetración de la nueva frente tecnológica y científica, con consecuencias acentuadas en la división territorial y social del trabajo. Esas transformaciones están siendo seguidas mediante la observación de los nuevos procesos que generan cambios espaciales en las regiones de expansión de la soja en el cerrado de Mato Grosso. En ese contexto, plantéase como objetivo más amplio una propuesta teórica de evaluación de las acciones en la agricultura moderna y sus efectos económicos, políticos, sociales y territoriales. El tema en estudio está siendo desarrollado a partir de sus relaciones con la economía mundial, la cual se manifiesta a través de los cambios científico-tecnológicos.

¹ Este estudo se fundamenta, em boa parte, em reflexões realizadas por Ana Clara Torres Ribeiro em cursos ministrados, palestras e debates, aos quais tive o privilégio de assistir e que me enriqueceram profundamente.

Palabras clave: Innovaciones tecnológicas; modernización agrícola; cerrado brasileiro; nuevas territorialidades; propuesta teórica.

Abstract

Aspects of Brazilian woodland development and territorial organization: Resources for a theoretical proposition

In the world today, science, technology and information constitute the basis for the reorganization of space and society. In the context of this on-going paradigm shift, it is important to analyze the impact of technological innovations on the territorial organization of rural activities. The directions taken by the penetration of new technological and scientific influences can be observed in the organization of territory and the activities therein developed, many having serious consequences for the territorial and social division of labor. These transformations of space can be observed in regions of soy expansion in the woodlands (cerrado) of Mato Grosso state. The process of modern agricultural expansion into the region provides a case in point for elaborating a theoretical proposition for assessing the economic, political, social and territorial effects of the enhanced power of science and technology today. The Mato Grosso countryside is being organized in relation to the demands of a world economy that is made manifest through scientific and technological territorial interventions.

Keywords: technological innovations; agricultural modernization; brazilian woodlands (cerrado); territorial organization; theoretical proposition.

Introdução

Para melhor compreensão da expansão da fronteira agrícola moderna no cerrado mato-grossense, um caminho de análise é a reflexão em torno das categorias espaço e tempo, no caso da geografia aplicado particularmente à concepção de espaço do geógrafo Milton Santos, que consiste num certo sistema de objetos e ações na fase técnica atual, conformando o que denominou de meio técnico-científico-informacional. Nesse caminho analítico é fundamental o estabelecimento de nexos entre ação, tempo e espaço.

Nessa direção buscou-se detectar como se estabeleceram as bases políticas da integração nacional, em substituição à fase em que predominava a orientação mais espontânea das atividades econômicas, reveladoras dos limites do modelo econômico vigente, procurando destacar como a resolução gradual dos conflitos coincide com o processo de integração do centro-oeste ao fluxo do comércio internacional, possibilitando apreender como ocorreu sua adequação enquanto condição de reprodução das relações sociais.

Nesse contexto, os fixos multiplicam-se, diversificam-se, renovam-se, os fluxos se intensificam, os lugares são valorizados e especializados e a circulação se acelera. Muda a divisão do trabalho em função da extensão do mercado. Se a regularidade e a uniformidade precisam ser explicadas, a novidade é essencial, cabendo averiguar o que permitiu em determinado momento mudar o rumo. O que orienta a compreensão do território é o horizonte de expectativas do presente com um olhar para o futuro, entendendo esse presente como o entrelaçamento entre continuação da tradição e a inovação.

Fronteira agrícola do cerrado pós-70: novas ações, novos tempos, novas territorialidades

Na história da fronteira deve-se levar em conta não apenas o movimento de continuidade, mas as descontinuidades, é preciso perceber as quebras, as rupturas, é importante averiguar o que num determinado momento fez mudar o rumo, instituindo uma nova fronteira. Em cada época a regularidade precisa ser explicada e o peso das heranças, como também o da novidade, que é a essência da história. É nesse contexto que tentamos explicitar o que levou a uma quebra da continuidade da realidade econômica no cerrado brasileiro após 1970, como e por quê o rumo do cerrado se torceu. Ou seja, como a fronteira de expansão da agricultura moderna se instala e se expande no cerrado mato-grossense, imprimindo substituições nas formas espaciais herdadas do período anterior aos anos 70.

Em se tratando do estabelecimento da moderna fronteira agrícola no cerrado do Planalto Central nos anos 70, deve-se levar em conta que, apesar da ruptura política entre a democracia populista anterior a 64 e o governo autoritário, há razões estruturais e conjunturais que respondem pela continuidade do padrão de acumulação. Para dar continuidade a esse processo, novas ações passam a ser irradiadas pelo aparelho de Estado, favorecendo as ações de novos agentes, oriundos principalmente do sul e sudeste.

Com o objetivo de incentivar a exportação de produtos não tradicionais, a produção do espaço se alicerçou numa solidariedade de interesses, aglutinando os da esfera estatal, de setores nacionais e da grande empresa internacional, permitindo a criação de uma nova base material produtiva. Nessa fase o governo colocou em prática a política de ocupação de espaços “vazios”, concedendo estímulos às empresas agropecuárias através da concessão de isenção de impostos e subsídios governamentais, desencadeando uma política que visava o aumento da produção e da produtividade e que se vinculava ao Programa de Corredores de Exportação.

A compreensão do novo movimento de desenvolvimento das forças produtivas nessa fase implica o exame da atuação do Estado, na medida em que o mesmo estabelece as regras, instrumentos e a definição legal de papéis. Dentre as inúmeras ações destacam-se mudanças na estrutura fundiária, abertura de eixos dinâmicos que vão constituir os chamados corredores de exportação, políticas de colonização públicas e privadas, implantação de grandes projetos agropecuários, além de políticas de crédito e de isenção fiscal. Assim, o campo se torna extremamente vulnerável ao grande capital, passando o território a ser abrigo para as grandes empresas.

Ao elaborar políticas para a incorporação dos cerrados ao processo produtivo, o Estado assumia a condição de indutor do desenvolvimento capitalista, desenvolvendo ações diretas para a ocupação do território, a exemplo da abertura das grandes vias. A terra barata facilitou os investimentos, os incentivos da SUDAM e as linhas especiais de crédito atraíram os investidores, principalmente do sul do Brasil.

A implementação das novas políticas governamentais no cerrado só foi possível a partir do desmonte de um Estado que atuava com parâmetros nacionais, sendo necessário também remover os obstáculos que dificultavam a presença de interesses da economia global, procurando tornar o território mais atraente em suas vantagens comparativas. Por isso, foi preciso aprofundar o processo de liberalização da economia, eliminando as ineficiências decorrentes do peso excessivo do Estado e passar à lógica modernizante do mercado e da competitividade internacional, privatizando empresas, abrindo novas atividades para o mercado mundial, redefinindo-se o ambiente macroeconômico.

É interessante notar que o próprio governo federal, no período autoritário, realizou o desmonte do Estado, implementando medidas com certa facilidade, com certo apoio da opinião pública, influenciada pelos meios de informação dominantes. No caso de investimentos de capitais produtivos, foram concedidas isenções fiscais a setores que não estabeleceram compromissos com o país. Tudo isso aumentou as distâncias sócio-econômicas entre regiões e entre áreas no interior das regiões (BERNARDES, 2007).

O uso do espaço requer previamente sua apropriação e domínio sistemático, domínio sobre a natureza e os homens, e cada modelo de apropriação reflete um modo de produção

que traz implícito um nível de relações sociais de produção. Dessa forma, tornar um espaço funcional passa pelas adequações à sua nova função, o que constituirá uma nova forma de produção desse espaço (SÁNCHEZ, 1991), significando que o modo de produção deverá moldá-lo conforme seus interesses.

Tal percepção indica que a problemática espacial deve ser enfocada como uma totalidade concreta que pode ser percebida em suas múltiplas dimensões. Assim, as práticas econômicas, um aspecto particular das práticas sociais, modificam o espaço físico na condição de valor de troca, gerando uma dinâmica de mercado em torno do próprio espaço, dinâmica que inclui a produção de bens materiais e a adequação do meio ambiente circundante às necessidades sociais.

Na sociedade capitalista contemporânea, que é uma sociedade estratificada, essa transformação se dá no contexto dos interesses dos grupos sociais hegemônicos que dirigem uma forma de produção fundamentada no progresso científico e tecnológico. Assim sendo, tanto o sistema produtivo instituído, como a tecnologia e as adaptações ambientais são orientadas para responder aos fins da acumulação.

As novas ações são traduzidas em novos tempos, tendo na dimensão técnica uma das condições de eficácia, desencadeando processos que vão criando novas territorialidades, com novas formas conteúdo, dotadas de novas funções e estruturas. Dentre as novas ações estão os pacotes tecnológicos aplicados às atividades agrícolas modernas, que possibilitam avanços nos rendimentos médios através da utilização de variedades geneticamente adequadas ao cerrado, de insumos em termos de fertilizantes e agrotóxicos, do uso de máquinas e implementos agrícolas modernos que contribuem para ampliar a escala de produção, uma das vantagens da região. Nesse contexto, o incremento técnico acumulativo vem intensificando o domínio sobre a natureza, o que nos permite observar a substituição das restrições naturais pelas restrições impostas pelo espaço modificado (BERNARDES, 1998).

É nesse sentido que Santos assinala que “é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto de análise social” (SANTOS, 1994, p. 15). O território é a porção de espaço construído na qual as relações de uma sociedade atingem seu maior nível de concretude, integrando as formas, os objetos, os valores e as ações na totalidade dos acontecimentos simultâneos (BERNARDES, 1998).

É no território, uma das dimensões do espaço produzido, que o homem concretiza suas ações no campo econômico, social, político e cultural, transformando-se no cenário de contradições e conflitos, que constitui a condição necessária das mudanças sociais, convertendo-se num instrumento histórico e dialético da materialização da vida.

Enfim, são as ações do capital que determinam a bolsa de valores, as taxas de juros, os insumos, a técnica, refuncionalizando as formas, criando novos tipos de espaço, significando novas relações com o tempo. É a aceleração do tempo em função das técnicas, passando a dominar os tempos rápidos.

É importante ter em conta que, no marco do meio técnico-científico-informacional, só vemos como importante aquilo que marca um tempo rápido, um tempo que vai sendo introjetado dentro de nós. Mas há outras formas de tempo/espaço. O que significa ação tartaruga? Talvez perda de tempo no marco do atual nível técnico-científico. Esse espaço da ação da tartaruga, que não utiliza as novas tecnologias, também é tempo, de outra forma. O homem lento, que não domina o saber moderno, pode fazer outro território e também levar a mudanças. Milton Santos nos recorda que “O tempo se dá pelos homens. O tempo concreto dos homens é a temporalização prática, movimento do Mundo dentro de cada qual e, por isso, interpretação particular do Tempo por cada grupo, cada classe social, cada indivíduo” (SANTOS, 1994, p. 83).

Já o tempo das novas tecnologias é mais rápido, é espaço de outra forma. Não obstante, há convivência de tempos lentos e rápidos, que conformam espaços luminosos e opacos, há convivência de escalas de tempo distintas, pois somos presente, mas também passado e futuro. Assim, passa a haver uma nova dinâmica no uso do território matogrossense e os sistemas técnicos seletivos respondem pelos espaços luminosos.

Tais espaços estabelecem conexões com o sistema econômico mundial, o qual, pela sua natureza competitiva globalizada favorece a formação de espaços corporativos de altas densidades técnicas: são os espaços de expansão da soja, do algodão, da cadeia carne/grãos, entre outros, com seus urbanos, fragmentando-se o espaço para que o capital possa se fazer presente em diferentes porções do território, as mais adequadas para a reprodução do capital.

Entretanto, os espaços opacos permanecem majoritários, porque não dá para estender as redes de fibra ótica, por exemplo, para todo o território, em função do processo competitivo vinculado à escravização pelo mercado. “O tempo rápido não cobre a totalidade do território nem abrange a sociedade inteira. Em cada área, são múltiplos os graus e as modalidades de combinações”(SANTOS, 1996, p. 213).

E é exatamente essa relação que está no âmago da crise da modernidade radicalizada que vivemos. Anthony Giddens nos lembra que devemos ser cuidadosos na compreensão da modernidade. Define historicidade como “o conhecimento sobre o passado como um meio de romper com ele – ou, ao menos, manter apenas o que pode ser justificado de uma maneira proba” (1991, p. 56), no entanto, a mesma orienta para o futuro e o mapeamento do futuro se torna mais importante que o do passado.

Para Giddens, a radicalização da modernidade é profundamente significativa e seu dinamismo reside na separação tempo/espaço, no desenvolvimento de mecanismos de desencaixe que reorganizam as relações sociais através das grandes distâncias no tempo e no espaço, bem como na apropriação reflexiva do conhecimento, onde o conhecimento sistemático sobre a vida social integra a reprodução do sistema. É nesse sentido que o autor reconhece que “nós não nos deslocamos para além da modernidade, porém estamos vivendo precisamente através de uma fase de sua radicalização” (1991, p. 57).

Comentando a crise da modernidade, Gorz (2003) sustenta que a mesma indica a necessidade da modernização de modernizar-se. Nessa crise a racionalidade econômica se expressa na transformação técnica, significando produzir mais e melhor em menos tempo, permitindo economizar, ou seja, movimentar os fatores de produção da maneira mais eficaz possível.

O autor aponta para a necessidade de mudar de utopia, de não nos submetermos àquela que se esvai, para sermos capazes de perceber o potencial de liberação que as transformações contêm e apreender seu sentido. Para ele o que interessa é a necessidade de modernizar os pressupostos da modernidade, pois a crise que aflora é a crise da racionalidade econômica, da estreiteza de seus limites.

Para Heller (1999) o fenômeno conhecido como crise da modernidade também se vincula a formações estruturais e não pode ser eliminado porque faz parte da própria vida moderna, na melhor das hipóteses pode ser manejado para evitar danos irreparáveis. Assim sendo, a modernidade pode significar grandes possibilidades como também grande ônus.

Ribeiro, alerta para o fato de que a crise “impõe a perda de certezas e a dor dos seus custos em vidas e esperanças, mas também são portadoras de oportunidades de repactuação, mesmo que violenta e dramática, das relações societárias”, uma repactuação democrática que reconheça a pluralidade de sujeitos sociais, a resistência das classes populares, numa agenda que não separe políticas econômicas e políticas sociais (RIBEIRO, 2002, p. 12).

A modernidade descontrolada no Brasil é resultado da ausência da cidadania, e foi esta ausência que possibilitou a aplicação do meio técnico-científico-informacional nas últimas décadas. A modernidade brasileira está impregnada da mesma racionalidade dominante nos países centrais, que é imposta de cima para baixo e está em conformidade com os objetivos dos atores hegemônicos.

Assim, temos um campo organizado a partir de interesses dos atores hegemônicos, ou seja, de impulsos globais que, conforme assinalam Ribeiro e Silva (1997, p. 2), são “formas transnacionais de organização da produção e do consumo, expressivas de alterações profundas no paradigma produtivo hegemônico até os anos 70. Formas que dependeram, para o seu predomínio, da extensão alcançada pelo denominado por Milton

Santos (1994), meio técnico-científico e informacional e, ainda, da autonomia relativa dos fluxos financeiros face às políticas econômicas dos Estados Nacionais”.

Como aponta Ribeiro, “as mudanças no paradigma produtivo condensam alterações no controle da produção e dos fluxos financeiros e de consumo, com fortes rebatimentos na vida política e na vida social” (RIBEIRO, 1996). Santos nos orienta no sentido de perceber que “as técnicas participam na produção de percepção do espaço, e também na percepção do tempo, tanto por sua existência física que marca as sensações diante da velocidade como pelo seu imaginário” (SANTOS, 1996, p. 45).

Talvez seja necessário uma reflexão sobre essa crise da modernidade, seu significado e os novos valores que emergem. Estamos mergulhados num empiricismo tão forte, que acabamos fundamentando o nosso conhecimento do mundo na enorme capacidade de absorção de dados e informações. Entretanto, esta fase da modernidade traz a necessidade de pensar as mudanças, pois a complexidade é enorme e para nós se traduz em ação, tempo e espaço, com suas formas conteúdo.

Trata-se aqui de pensar a ação, portanto, não no sentido de atividade, mas enquanto ato que tem sentido no âmbito da racionalidade capitalista, vinculando-se a problemática da ação ao tempo e ao espaço. Trata-se da ação entendida como uso do tempo que no processo produtivo é fundamental, é pré-estabelecido, pois quem domina, quem tem a hegemonia, é quem vai elaborar, por exemplo, o calendário agrícola, é quem vai definir a safinha ou a segunda safra, fazendo com que haja uma outra eficiência do tempo. Estamos falando, portanto, das estratégias do poder que contemplam grandes ações. Assim, as ações devem ser sincronizadas, sendo as ordens e as regras enquadradas em tempos pré-definidos, e estas ordens, e estas regras se relacionam com mecanismos de reprodução de poder.

Além do domínio sobre o tempo, fundado no uso de modernas tecnologias, é preciso dominar o espaço. A forma espacial é a maneira como o movimento/ação se organiza mais horizontalmente. Assim, esse espaço/conteúdo tem localização e fixos que se estruturam a partir da ação. O nosso olhar tende a captar a mesma escala, porém a multi escala é fundamental, a do lugar, da região, da nação, do mundo. Como alega David Harvey, “o que parece relevante ou faz sentido numa dessas escalas não se manifesta automaticamente em outra. Sabemos, não obstante, que não se pode entender o que acontece numa dada escala fora das relações de acomodamento que atravessam a hierarquia de escalas” (2004, p. 108). Para o autor as escalas representam produtos de mudanças tecnológicas, formas de organização dos seres humanos e das lutas políticas.

Nesse contexto o jogo está aberto: no caso da expansão da fronteira agrícola moderna mato-grossense, fenômenos de abertura de novos espaços produtivos e de cooperação podem ser identificados, vinculados a novos potenciais, com suas múltiplas influências e condicionantes, assim como fenômenos de fechamento de espaços tradicionais. O que vale é a produção do território, é a produção do espaço como trabalho morto, como técnica, e as ações que produzem esse espaço.

São estruturas que permitem a ação possível, pois estão condicionadas por determinadas condições naturais que, no caso da soja são a temperatura, distribuição de chuvas, luminosidade e topografia, mas também por determinantes sócio-espaciais que condicionam as ações, ou seja, o passado, a história, onde há forças pretéritas e valores tradicionais que precisam ser superados quando se trata da expansão do moderno. Assim, as ações exigem um tempo junto com um espaço, havendo uma disputa da ocupação desses espaços, o que exige a criação de uma atmosfera psicossocial, de um ambiente de aceitação desse novo. Nas palavras de Santos (1996, p. 204):

Ao mesmo tempo em que se instala uma tecnosfera dependente da ciência e da tecnologia cria-se, paralelamente, e com as mesmas bases, uma psicofera. A tecnosfera se adapta aos mandamentos da produção e do intercâmbio e, desse modo, freqüentemente traduz interesses distantes (...) A psicofera, reino das idéias, crenças, paixões e lugar da produção de um

sentido, também faz parte desse meio ambiente, desse entorno da vida, fornecendo regras à racionalidade ou estimulando o imaginário.

Segundo Ribeiro (1991), a psicofera cria as condições sociais para aceitação da tecnosfera, adequando comportamentos, acompanhando e até antecedendo a expansão do meio técnico-científico, consolidando a base social da técnica.

Espaço, poder e mudança social

Quando falamos das disputas pela ocupação desses espaços, das estratégias de ocupação, da antecipação espacial, estamos falando de poder, que pressupõe competitividade e de como ação, tempo e espaço se podem traduzir em poder, a exemplo dos protagonistas que o disputam. Como nos lembra Weber, o modelo de desenvolvimento econômico leva a extremos de progresso tecnológico e bem-estar para alguns setores e a extremos de privação e marginalização social para outros, pois o objetivo é a própria economia. Estamos diante do desafio de viabilizar a inovação maior, nos diz José de Souza Martins, ou seja, que a beneficiária da acumulação seja a sociedade.

Em síntese, o território revela relação com concretude e alienação. Revela relação com concretude porque é a base do trabalho, da vida, das trocas, da identidade. Contudo, na medida em que o domínio contemporâneo é do dinheiro que produz dinheiro, isso produz alienação, fragmentação, falta de solidariedade. A migração, por exemplo, nas regiões sojíferas, é desejada e consentida temporariamente e sob certas condições para os “maranhenses” e outros nordestinos, os quais devem retornar quando se tornarem desnecessários, reproduzindo o modelo americano, onde os imigrantes, tipo mexicanos, são bem-vindos para os trabalhos piores e indesejados.

Mas o território tem uma força de desalienação, desde que sua narrativa seja plena, permitindo-nos outra leitura da pobreza. Acionar essa dimensão é acionar o espaço do ponto de vista político.

Portanto, é preciso encontrar o território da resistência, o que passa pela leitura de outros discursos, diferentes do hegemônico, diferentes dessa lógica única que se impõe, que proponha outras formas de vida, que proponha outras formas de cooperação, que faça outras leituras dos recursos do espaço. Nesse sentido, o território é uma alternativa de politização, favorecendo a horizontalidade.

Como nos diz Milton Santos, é preciso penetrar o mistério das formas, ignorado por muitos geógrafos, ultrapassando a falsa objetividade do mundo sensível, e não interpretar a coisa através da própria coisa, o espaço apenas pelo espaço, mas buscar sua essência.

E mesmo que a cultura de massas tente manipular e se impor sobre a cultura popular, esta, fundada no trabalho, no cotidiano, no território, que valoriza a solidariedade, ganha força e possibilita maior integração do território dos pobres.

E temos que levar em conta que a cultura popular, que não está fora da cultura dominante, até porque a dominação implica em que não esteja fora, também é capaz de se apropriar de elementos da cultura dominante, o que contribui para reverter aspectos de sua existência. Neste contexto as migrações proporcionam uma interação entre diferentes culturas com base no descobrimento cotidiano das combinações que possibilitam a vida e geram solidariedade, cimentada na cultura local.

A socióloga Ana Clara Torres Ribeiro assinala que a ação das classes populares, sendo mais espontânea e dinâmica, constitui um fator de equilíbrio para nossas sociedades, instituindo uma nova base para a afirmação do reino da política e oferecendo novas possibilidades para as mudanças econômicas e sociais necessárias em nosso país.

Assim, é fundamental procurar entender os mecanismos dessa nova solidariedade, que desafia a perversidade difundida pelos tempos rápidos da competitividade, até porque, como assegura Milton Santos, se as populações pobres majoritárias não podem consumir o ocidente globalizado em sua forma econômica, financeira e cultural, acabam por relativizar ou mesmo rechaçar a globalização.

Se nossos territórios são globais, também são locais, e o progresso técnico-científico, uma totalidade que neles se concretiza, pode proporcionar a possibilidade de construir futuros a partir de uma história das ações que seja diferente dos projetos dos atores hegemônicos. Precisamos pensar, a partir de características próprias, em modelos alternativos para os distintos espaços regionais, superando a etapa das relações meramente comerciais para alcançar um estado mais elevado de cooperação.

Os diversos segmentos sociais do país devem reconhecer que há outras possibilidades, que há outras opções históricas, que podemos fazer uma outra história humana, que os países periféricos têm um papel importante na produção de formas mais estáveis, que podem e devem construir seu presente e seu futuro de maneira a contribuir para o que Milton Santos chama de “outra globalização”, que tenha uma utilização distinta, onde as mudanças tecnológicas e filosóficas do ser humano se complementem, uma globalização capaz de atribuir um novo sentido à existência de cada pessoa e também ao planeta.

É nessa construção analítica que, como geógrafa, penso que se esclarece algo sobre a problemática.

Considerações finais

A expansão do capital no cerrado mato-grossense, trazendo em seu bojo mecanismos e instrumentos indutores da desigualdade, ratificado pelas políticas públicas, cria uma modernidade radicalizada, reestrutura territórios e alimenta diferenciações em suas periferias internas, gerando impactos imediatos na sua organização, que se expressam em termos de divisão, especialização, fragmentação e exclusão, preservando e cristalizando relações de dependência, aprofundando a ambivalência característica do capitalismo no país, com vistas ao fortalecimento da acumulação. Portanto, a reconstrução do espaço herdado nos permite suspeitar da visão generalizada da permanente tradicionalidade do país, assim como da face modernizadora que a dinâmica estatal imprimia às unidades produtivas.

Como assinala Harvey (2005), a acumulação de capital sempre foi um processo geográfico, seja no que diz respeito à expansão, à reorganização espacial ou ao Desenvolvimento geográfico desigual. Os reajustes espaciais decorrentes da forma específica de como o cerrado, enquanto produtor de soja, se insere no mercado mundial, a partir dos anos 80, são expressão das novas necessidades do processo de acumulação do capital e das condições históricas que o envolvem.

É necessário perceber o que esse projeto e os interesses nele dominantes tentam fazer com os homens e as coisas, o que orienta a nova produção desses territórios, desvendando a ideologia da globalização, trazendo à discussão como esse modelo se apropria de novas áreas, fazendo uma leitura do território a partir de um novo olhar, procurando nos despir dos condicionamentos das velhas formas de olhar. Como dizia Santos (2000), globalização não é só um sistema de técnicas, mas resulta de ações que asseguram o mercado global, vinculado aos processos políticos. A modernidade não é simplesmente o avanço da técnica e do capitalismo, significa a capacidade de refletir sobre as ações para entendermos os fins dessas ações.

Bibliografia

BERNARDES, Júlia Adão. Agricultura moderna e novos espaços urbanos no cerrado brasileiro. **Anais do XI Encontro de Geógrafos da América Latina**. Bogotá, 2007, v. 1.

BERNARDES, Júlia Adão. Circuitos espaciais da produção na fronteira agrícola moderna: BR-163 mato-grossense. In: BERNARDES, Júlia Adão e FREIRE FILHO, Osni de Luna

(orgs) **Geografias da soja**: BR-163 – Fronteiras em mutação. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2005.

BERNARDES, Júlia Adão. Técnica e trabalho na fronteira de expansão da agricultura moderna brasileira. In: BERNARDES, Júlia Adão, RIBEIRO, Ana Clara Torres, SILVA, Cátia Antônia da, ARRUIZZO, Roberta Carvalho. **Formas em crise**: utopias necessárias. Rio de Janeiro, Arquimedes Edições, 2005.

BERNARDES, Júlia Adão. Técnica, trabalho e espaço: as incisivas mudanças em curso no processo produtivo. *IN*: CASTRO, Iná Elias de; MIRANDA, Mariana; EGLER, Cláudio A. G. (orgs). **Redescobrimo o Brasil**: 500 anos depois. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. pp. 277-289.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Editora da Unesp. 1991. 177 pp.

GORZ, André. **Metamorfoses do trabalho**. São Paulo: AnnaBlume. 2003. 247 pp.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: AnnaBlume, 2005. 251 pp.

HARVEY, David. **Espaços de esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2004. 381 pp.

HELLER, Agnes. Uma crise global da civilização: os desafios do futuro. In: HELLER, Agnes et alii (orgs). **A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 1999.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo**. Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Rio de Janeiro: Vozes, 2002. 230 pp.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. City Marketing: a nova face da gestão da cidade no final do século. In: REIS, Elisa. ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de, FRY, Peter (org.) **Política e cultura: visões do passado e perspectiva contemporâneas**. São Paulo: Hucitec-Anpocs, 1996, v. 1.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Matéria e espírito: o poder (des)organizador dos meios de comunicação. In: Rosélia Piquet e Ana Clara Torres Ribeiro. **Brasil, território da desigualdade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991. pp. 96-116.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Paradigmas e tendências nos estudos urbano-regionais contemporâneos. **Anais do IV Colóquio sobre transformações territoriais**. Montevideú, 21 a 23 de agosto de 2002.

RIBEIRO, Ana Clara Torres; SILVA, Cátia Antônia da. “Impulsos globais nas metrópoles da periferia capitalista”. **Anais do 6º Encuentro de Geógrafos de América Latina**. Bueno Aires, Argentina, 1997, vol. 1.

Sánchez, Joan-Eugeni. **Espacio, economía y sociedad**. Madrid: Siglo XXI de España, 1991. 338 pp.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996. 308 pp.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro/São Paulo, Editora Record, 2000. 174 pp.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço e tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994. 190 pp.

WEBER, Max. **Economía y sociedad**. México: Fondo de Cultura Económica, 1996, 1237 pp.

Recebido em abril de 2007
Aprovado em maio de 2007